

a circulação monetária no vice-reinado do rio da prata (1776-1810)*

the monetary circulation in the viceroyalty of the river plate (1776-1810)

Alexandre Jeronimo de Freitas**

Departamento de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os principais elementos formadores do espaço monetário que floresceu a partir da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Por um lado, será visto como a reorganização da estratégia de defesa da Coroa espanhola de suas possessões na América fortaleceu o crescimento do crédito público na região, através do financiamento dos gastos militares. Por outro, a reforma no sistema de comércio espanhol criou um novo circuito comercial que ligava o comércio atlântico com a região do Alto Peru, através do Porto de Buenos Aires. Esse comércio estimulou a formação de uma cadeia de pagamentos sustentada pela emissão de instrumentos privados de crédito. Tanto por via pública como por via privada, o crescimento do crédito na região serviu de base para a formação de um complexo sistema monetário no Vice-Reinado do Rio da Prata.

Palavras-chave: Vice-Reinado do Rio da Prata. Moeda. Crédito.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the main elements that form the monetary area that flourished from the creation of the Viceroyalty of the River Plate. On the one hand, it will be seen how the reorganization of the defense strategy of the Spanish crown of his possessions in America strengthened the growth of the public credit in the through the financing of the military spent. On the other hand, the reform in the Spanish trading system has created a new commercial route linking the Atlantic trade with Upper Peru region, through the Port of Buenos Aires. This trade stimulated the formation of a chain of payments supported by the issuing of private instruments of credit. As much for the public as for private credit, the credit growth in the region was the basis for the formation of a complex monetary system in the Viceroyalty of the River Plate.

Keywords: Viceroyalty of the River Plate. Money. Credit.

* Gostaria de agradecer aos pareceristas as sugestões e ao editor e ao revisor o trabalho. Quaisquer erros são de minha responsabilidade.

Submetido: 29 de novembro de 2016; aceito: 3 de março de 2017.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* alexandrefreitas76@yahoo.com.br

Introdução

A historiografia argentina tornou-se recentemente mais fértil em estudos sobre as questões monetárias não apenas após a Independência, mas também sobre a época em que toda a região da bacia do Prata, mais o Paraguai e o então Alto Peru formavam uma só entidade política, o Vice-Reinado do Rio da Prata. Porém, grande parte dos estudos até então efetuados se dedicam a estudos sobre determinados mercados regionais (Amaral, 1990; Schmit, 2003; Tedesco, 2001; Mira; Lázaro, 2003) ou analisam a questão monetária de forma secundária (Varillas, 2009; Schlez, 2016; Sanz, 2001; Kraselsky, 2016; Jumar, 2016)¹. Esse fenômeno dificulta uma compreensão sistêmica sobre o espaço monetário do Vice-Reinado.

Essa fragmentação dos estudos históricos sobre o tema, embora tenha sido de vital importância ao disponibilizarem dados e fornecerem fontes, muitas vezes não permite que se faça uma conexão econômica entre as partes, de maneira a melhor compreender o todo. Ou seja, demonstrando de que forma as conjunturas locais e os acontecimentos históricos relatados estariam embebidos em um complexo sistema monetário regional.

Por outro lado, a literatura pouco destacou a relação entre impostos, crédito e moeda. As análises enfatizam as moedas de prata como forma principal de dinheiro e deixam de vislumbrar como certos mecanismos de crédito, tanto público como privados, formavam grande parte do conjunto de pagamentos do Vice-Reinado do Prata.

Nesse mesmo sentido, a literatura sobre o Estado fiscal-militar, a despeito de seus grandes méritos, pouco se dedicou a compreender os aspectos monetários do financiamento do Estado, compreendendo assim o mercado como lócus institucional da formação dos sistemas monetários nacionais.

Esta é uma tentativa inicial de responder esses questionamentos de maneira a formar uma interpretação econômica distinta da origem da moeda argentina e, por conseguinte, de seu sistema monetário nacional. Nesse sentido, este artigo analisará a circulação monetária no Vice-Reinado do Prata a partir de dois elementos principais. Primeiramente, será visto como o financiamento da reforma administrativo-militar que

¹ Para uma exceção, ver Wasserman (2014), que analisa as questões relacionadas ao crédito notarial em Buenos Aires, porém em um período anterior (século XVII).

criou o Vice-Reinado alimentou o crédito público da região e serviu de base para a organização do espaço monetário regional.

Em segundo lugar, será visto como a adoção de um novo regime de comércio pela Coroa espanhola serviu para fortalecer os já incipientes laços da região com as redes de comércio atlânticas, fornecendo recursos para o fortalecimento de uma extensa cadeia de pagamentos privada que interligou todos os mercados do Vice-Reinado, fazendo, com isso, surgir uma série de instrumentos privados de crédito.

Além desta introdução, o artigo se dividirá em mais três partes, sendo (1) a análise do papel do crédito público e do financiamento militar; (2) a formação de uma cadeia de pagamentos privada e do comércio livre; (3) um exame do conjunto dos meios de pagamento; e algumas questões são levantadas à guisa de conclusão.

1. Financiamento militar e o crédito público

“En un rincón inhóspito [...] la decisión de la Corona instaló desde 1776 uno de los centros mas avanzados del poder español en las Indias. El Virreinato del Río de la Plata nació bajo el signo de la guerra.” (Halperín Donghi, 2005, p. 28)

Para apreciar de que forma a adoção de uma estratégia de defesa no Atlântico Sul criou uma nova unidade de poder do Império espanhol e, com isso, disponibilizou um volume elevado de recursos para financiar os gastos militares, que alimentou o crédito público na região, é preciso considerar brevemente a conjuntura geopolítica na qual a Coroa espanhola se encontrava envolvida.

Ao iniciar o século XVIII, a Espanha enfrentava uma grave crise política e econômica que ameaçava desmembrar suas possessões europeias e, principalmente, seu Império nas Américas. Essa crise era fruto de um processo de decadência política e econômica do Império espanhol diante das novas potências europeias ascendentes – Holanda, Inglaterra e França –, que passariam a disputar espaços cada vez maiores no circuito de comércio colonial espanhol, cujo prêmio era a prata da Nova Espanha e do Alto Peru².

² “Behind the diplomacy and war in Europe in the latter half of the seventeenth

O atraso econômico e a perda de *status* político foram amplificados nos primeiros anos do século XVIII com o fim da dinastia dos Habsburgos. A possibilidade de uma união dinástica entre a França e a Espanha³ resultou na Guerra da Sucessão Espanhola, que ameaçou alterar o delicado equilíbrio competitivo europeu devido às vantagens que a França conseguiria sobre o comércio espanhol.

Essa possibilidade se materializou economicamente com a transferência do *asiento*⁴ para uma companhia francesa – Compagnie de Guinée. Em 1702, formou-se então uma aliança anglo-holandesa, cujo objetivo era romper essa ligação política e econômica entre a França e a Espanha, dando início a uma guerra que terminaria apenas com a assinatura do Tratado de Utrecht em 1713 (Lindsay, 2008).

Os privilégios previstos no tratado⁵, negociado sob um claro predomínio britânico, foram vistos pelos espanhóis como uma garantia da manutenção de seu domínio sobre suas colônias americanas diante das ambições britânicas na região. Mas a configuração política resultante permitiu à Grã-Bretanha um maior envolvimento no comércio da Espanha e de suas colônias, gerando uma tensão latente entre as atividades comerciais britânicas e as autoridades espanholas⁶, durante grande parte do século XVIII. Os danos causados pela guerra ao monopólio do comércio espanhol com suas colônias seriam sentidos por muito tempo e seu restabelecimento se tornaria um dos objetivos prioritários das reformas implantadas pelos Bourbons (Del Castillo, 1983, p. 278).

century lay the struggle for access to the source of Spanish silver, colonial staples and overseas markets for Europe's manufactures." (Stein; Stein, 2003, p. 38)

3 Carlos II morreria sem deixar herdeiros e acabou por eleger o neto de Luís XIV, que em 1700 se tornaria rei Felipe V da Espanha. No entanto, Paris manteve o novo monarca Bourbon na linha sucessória francesa – ao contrário do que previa o testamento de Carlos II –, mantendo aberta a possibilidade de uma União dinástica entre a Espanha e a França.

4 Tratava-se de um contrato que a Coroa espanhola mantinha com o objetivo de adquirir escravos africanos. Era a única forma de intervenção externa admitida pela Espanha nas relações com suas colônias.

5 O *asiento* seria transferido para uma companhia inglesa – The South Sea Company –, permitindo a criação de entrepostos britânicos em Havana, Veracruz, Cartagena e Buenos Aires.

6 “What English interests reaped in access to the Spanish colonies at the close of the War of Succession, the Spanish state was to spend almost the whole eighteenth century seeking to recover.” (Stein; Stein, 2003, p. 141)

Além das rusgas comerciais entre a Espanha e a Grã-Bretanha, o século XVIII vivenciava um conflito crônico entre as duas principais potências da época, a França e a Grã-Bretanha, que terminava por abranger todos os demais conflitos – determinando em muitos casos seus resultados. Nesse outro nível de disputa, a Espanha vinculou-se, desde o fim da Guerra da Sucessão Espanhola, ao lado francês. Esse vínculo foi oficializado nos Pactos de Família firmados pela França e pela Espanha primeiramente em 1733, renovados em 1743 e em 1759 – com a subida ao trono de Carlos III e a deflagração de uma nova guerra anglo-espanhola em 1762 (Lindsay, 2008).

A incursão da Marinha britânica sobre territórios espanhóis no Caribe, com a destruição de Portobelo e as conquistas de Havana e Manilha (1762), fortaleceu a imagem de que a América espanhola estava relativamente desguarnecida. Aliada à derrocada das forças francesas na região, causava a impressão de que a Grã-Bretanha estava livre para finalmente investir contra as possessões espanholas, terminando com seu domínio sobre o continente. Esse sentimento estimulou a necessidade de reformas estruturais nas Índias⁷.

A declaração de Independência das Treze Colônias britânicas da América do Norte em 1776 transforma novamente o cenário geopolítico nas Américas. A guerra que se seguiu, ocupou o centro das atenções das forças britânicas, permitindo que a Espanha conseguisse reorganizar sua estratégia de defesa nas colônias. Foi nesse contexto histórico que o conflito mundial chegou à região da bacia do Prata.

1.1 Financiamento militar

A reorganização econômica e administrativa que envolvia a formação desse novo centro de poder da Coroa espanhola alterou profundamente a estrutura econômica regional. As reformas borbônicas buscaram criar condições para que as colônias autofinanciassem seus gastos com a defesa de seus territórios.

⁷ “[L]a guerra estimula el ritmo de las reformas, porque la necesidad de defender las Provincias de Ultramar exige acelerarlas con objeto de que proporcionen hombres y dinero para la defensa; a su vez, de la marcha de las reformas depende que la preparación para la guerra se apresure o se retrase.” (Del Castillo, 1983, p. 317)

A necessidade de financiar a reorganização da estratégia de defesa da região obrigava incorrer não apenas em maiores gastos militares, como também em despesas na formação de uma estrutura administrativa e fiscal compatível com o novo *status* político da região. Essa tarefa envolvia uma maior envergadura financeira das Haciendas Reales locais, que fortaleceria a presença do crédito público na economia regional.

No que tange ao Vice-Reinado do Rio da Prata, tendo em vista a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico da região e a estrutura administrativa e militar que nela seria implantada, os espanhóis necessitavam obter mais recursos do que a região da bacia do Prata costumava oferecer. O arcabouço fiscal que viabilizaria tal operação, que já funcionava nos outros Vice-Reinados, foi executado de maneira que regiões economicamente mais desenvolvidas transferissem parte de seu excedente fiscal para regiões deficitárias. Essas transferências de recursos ficaram conhecidas como *situados*.

O papel desse financiamento militar para a alimentação do crédito público no Vice-Reinado deu-se através da transferência de recursos citada acima. Esse processo era possível devido ao complexo sistema de distritos fiscais, as Cajas Reales, implantados pela Coroa em toda a América espanhola. Esses distritos eram criados na medida em que uma região crescia em importância econômica – basicamente devido à mineração, mas também com o comércio – e/ou política – importância para a estratégia defensiva do Império (Marichal; Von Grafenstein, 2012).

Responsáveis pelo controle das receitas e despesas da administração local, os distritos menores reportavam-se diretamente às unidades centrais, que dessa forma reuniam todo o excedente fiscal de sua região. A organização hierárquica desse sistema fiscal permitia que distritos superavitários subsidiassem distritos deficitários através da transferência de recursos (Marichal, 2007).

Devido à pouca população e ausência de atrativos econômicos para a Coroa na região, existia apenas uma Caja Real, inaugurada em 1634 em Buenos Aires, até 1740. Porém, no período de criação do Vice-Reinado do Prata, a região já possuía 14 Cajas⁸, além de obter o controle sobre as 9 já existentes na região do Alto Peru⁹.

⁸ Buenos Aires, Catamarca, Córdoba, Corrientes, Jujuy, La Rioja, Maldonado, Montevideo, Paraguai, Salta, San Juan, Santa Fé, Santiago del Estero e Tucumán.

⁹ Potosí, La Paz, Oruro, Chukuyto, La Plata, Cochabamba, Karangas, Arica e Santa Cruz.

As Cajas superavitárias situavam-se no Alto Peru – Potosí, Arica e Oruro –, enquanto Buenos Aires era a principal receptora desses recursos. Os excedentes fiscais eram assim centralizados pelo Tribunal Mayor de Cuentas, na capital Buenos Aires, que efetuava sua redistribuição a partir, majoritariamente, das necessidades militares (Klein, 1999). Foi a criação de um eixo fiscal Potosí-Buenos Aires que viabilizou a implantação do novo aparato de defesa do Atlântico Sul.

A despeito de sua complexa organização, esse sistema fiscal não era funcionalmente tão eficiente. As unidades superavitárias eram poucas com relação às deficitárias. Frequentemente, as Cajas de origem militar encontravam-se em situação deficitária devido a gastos imprevistos relacionados com o crescimento das despesas militares. Isso exigia que elas cobrassem um maior volume de recursos aos *situados* dos anos seguintes e/ou requisitassem *situados extraordinarios*, para saldar suas dívidas mais prementes (Fernández, 2002).

Na medida em que o século XVIII avançava e a percepção de que a ameaça britânica sobre as Américas se tornava maior, o volume dessas transferências *intercajas* também crescia. No período de 1785-1789, a Caja de Buenos Aires recebeu por volta de 6.600.000 pesos (Klein, 1999), montante comparável a toda a exportação de metais preciosos do período, estimada em aproximadamente 7.000.000 de pesos (Moutoukias, 1998)¹⁰.

Essas transferências *intercajas* criavam um elemento redistributivo no sistema fiscal das colônias. Tinham um grande impacto financeiro sobre a região receptora, sendo muitas vezes a principal fonte de recursos, cuja chegada movimentava toda a economia local.

Esse volume crescente de recursos fluía para as Haciendas Reales e servia de garantia para as dívidas públicas emitidas em cada região. A disposição de seus credores em financiar as despesas desses distritos fiscais variaria diretamente com a frequência e o volume do *situado* que estes recebiam. O *situado* de Potosí servia como garantia de empréstimos efetuados pelas autoridades ao Consulado de Comércio de Buenos Aires (Kraselsky, 2016).

¹⁰ Para o período de 1796-1800, os *situados* atingiram 7.162.000 pesos, 42,5% do total de ingressos do Vice-Reinado (Klein, 1999).

Esse grande fluxo de recursos transformou o Vice-Reinado num circuito monetário/financeiro que fugia do controle exclusivamente público e terminava alimentando o capital dos comerciantes – principalmente de seus representantes portenhos¹¹.

O capital privado se aproveitava das crescentes lacunas apresentadas pela estrutura fiscal, que não conseguia acompanhar o ritmo das mudanças ocasionadas pela reforma na estratégia de defesa das colônias americanas. A maior dessas lacunas derivava da impossibilidade de sincronismo entre déficits gerados por excesso de gastos não previstos – muito comuns nesse período, quando a movimentação de tropas regulares e a formação e o crescimento de milícias impediam uma previsão mais precisa das despesas – e o envio dos *situados*.

O vínculo estreito entre as Haciendas Reales e seus credores era aproveitado pela classe mercantil. A apropriação pelos comerciantes de parte da renda financeira do Estado apoiava-se na posição privilegiada que possuíam no Vice-Reinado. Essa posição era garantida tanto por sua capacidade de crédito e disponibilidade de capital – única na economia do Vice-Reinado –, como por seus amplos laços comerciais, que formavam uma rede cujos agentes eram capazes de cobrar dívidas, coletar e transportar recursos em toda a região da bacia do Prata, do Alto Peru e do Chile. Através de seu capital líquido e sua rede de contatos, os comerciantes se aproveitaram para lucrar na forma de agentes financeiros da Hacienda Real:

[T]he most powerful merchants [...] acted as conduits for intercolonial transfers of money. These arrangements were often quite complicated and included shipping cash, granting credit, collecting outstanding debts, renegotiating credit terms, and settling accounts among a group of debtors and creditors for the Spanish house. In all instances the merchant was awarded a commission on the transactions. (Socolow, 1975, p. 18)

A forma de financiamento da dívida mais utilizada pela administração

¹¹ “[Administración colonial se vio obligada] a recurrir a la participación en estos circuitos – fundamentalmente de capitales – de personas, grupos o corporaciones privadas o semipúblicas (comerciantes, asentistas, sectores del patriciado urbano, hasta Consulados de Comercio o incluso Cabildos); en definitiva, el capital privado.” (Fernández, 2002, p. 68)

pública era através da obtenção de empréstimos feitos a comerciantes locais, tendo como garantia futuros *situados* (Kraselsky, 2016). Seu crescimento contribuiu para transferir o controle dos *situados* da esfera pública para a privada, já que o crescimento da dívida fazia com que os empréstimos comprometessem completamente os recursos transferidos de outras Cajas, que em sua chegada já eram repassados automaticamente aos credores da administração local.

Os comerciantes também faziam vendas a crédito de mercadorias e produtos em suas lojas para sustento das guarnições e para construção e manutenção de estruturas militares. As tropas não recebiam o soldo regularmente devido aos atrasos na chegada do *situado*. Os soldados assim só possuíam uma saída, que era a de se endividarem com comerciantes locais, para obterem toda sorte de mercadorias que necessitassem (Moutoukías, 1988).

Outra oportunidade aproveitada era a falta de pagamento de funcionários, que permitia aos comerciantes lhes adiantarem certas mercadorias em troca da cessão dos direitos a receber que esses funcionários possuíam diante da Hacienda Real local. Suas íntimas relações políticas facilitavam a cobrança dessas dívidas.

Mas talvez a operação que mais gerasse lucros aos comerciantes era a condução dos *situados*. Na ausência de capacidade para executar as transferências desses recursos, a Coroa vendia concessões a agentes privados para fazê-las. Os únicos capazes de tal tarefa eram os mais bem-sucedidos comerciantes do Vice-Reinado. Além do pagamento pelo serviço, o comerciante responsável conseguia lucrar com o valor que as moedas possuíam em diferentes mercados da região do Prata (Saguier, 1989).

A organização fiscal do Vice-Reinado e, principalmente, as transferências *intercajas* alimentaram a circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata. O crescimento do crédito e da dívida públicos acabou por nutrir o capital comercial, principalmente dos comerciantes portenhos¹², fortalecendo os instrumentos de crédito privados que circulavam como meios de pagamento em toda a região do Vice-Reinado.

¹² “Thus, the system of transfers helped to created local American elites that controlled large parts of the king’s revenues and grew astonishingly rich in the process.” (Irigoin; Grafe, 2008, p. 198)

A complexa rede de distritos fiscais implantada nas Américas é fundamental para compreender a circulação monetária nas colônias. As transferências *intercajas* serviam como mecanismo redistributivo da riqueza colonial e por isso exerciam um papel, embora fundamental, pouco explorado na oferta de crédito público e privado que compunha a base da estrutura monetária nas colônias espanholas das Américas.

Os *situados* movimentam recursos significativos que, aos serem redistribuídos, se repartiam através de uma série de cidades, que se tornavam então mercados potenciais para a classe mercantil ávida pela aquisição de prata. Mais que isso, na ausência de bancos ou instituições financeiras rudimentares, esses fluxos de capitais eram administrados por comerciantes-financeiros, que coordenavam vastas cadeias de crédito privadas que atravessam todo o Vice-Reinado e, por isso, eram capazes de realizar tais operações monetárias¹³.

Dessa forma, sendo turbinado financeiramente pelo crédito público, o incipiente circuito comercial vigente na região do Prata cria uma cadeia de pagamentos privada, que será expandida com a criação do Vice-Reinado e a implantação do comércio livre nas colônias espanholas das Américas.

2. O comércio livre e os instrumentos privados de crédito

Durante quase toda sua existência, o Porto de Buenos Aires havia estado fora do sistema comercial espanhol. Apenas pequenas permissões foram concedidas para a obtenção de mercadorias mais urgentes para a manutenção da cidade. Sua localização à beira do Atlântico Sul sempre foi tida como uma ameaça ao sistema comercial espanhol.

Era através de uma rota via pacífico¹⁴ que a Espanha exercia seu monopólio comercial e efetuava o transporte das riquezas extraídas do

¹³ A apropriação dos *situados* pela iniciativa privada deu origem a um debate entre uma visão de que essas transferências de recursos representavam o envolvimento profundo das elites locais na administração do Império espanhol (Irigoien; Grafe, 2008) e outra que entende as transferências como resultado da estratégia de defesa da Coroa, em que as elites locais teriam pouca influência (Marichal, 2007).

¹⁴ Ela atravessava o mar do Caribe até o Porto de Portobelo. Após uma complexa

Vice-Reinado do Peru. Durante anos formou-se ali um circuito comercial que envolvia Lima e as cidades mineiras do Alto Peru. A circulação de mercadorias movimentava uma série de economias locais ao redor da exploração da prata, criando várias redes de comércio regionais (Assadourian, 1982).

No entanto, uma rota comercial através do Atlântico tornaria mais acessível os mercados de Lima e do Alto Peru, do que a tradicional rota do Pacífico. Porém, o poder político da rica classe de comerciantes limenhos fez com estes exercessem toda sua influência sobre a Coroa espanhola, para garantir a permanência da rota do Pacífico e, por conseguinte, seus privilégios econômicos no circuito comercial espanhol (Socolow, 1975).

Mas, devido ao fácil acesso a Potosí, os produtos oriundos de Buenos Aires chegavam aos mercados do Alto Peru com preços menores que os adotados pelos comerciantes de Lima. Isso alimentou uma intensa atividade mercantil que crescia por canais estranhos à Coroa espanhola. O comércio ilegal de difícil mensuração representava um vazamento da prata de Potosí. O contrabando era uma atividade muito lucrativa e de difícil fiscalização pelas autoridades reais.

Essa situação se altera com as mudanças efetivadas no regime comercial vigente. A transformação do antigo sistema de comércio imperial se inicia com medidas adotadas pelos espanhóis a partir de 1765, que culminaram no Reglamente para el comercio libre, estabelecido em 1778. O novo sistema comercial abriu à navegação e ao comércio vários portos americanos; além de Buenos Aires e Montevideú, o circuito incluía Havana, Cartagena, Valparaíso, Arica, Callao e mais uma série de portos menores. Ao mesmo tempo em que terminava com o monopólio do Porto de Cádiz, ampliando assim o leque de portos peninsulares, incluindo Barcelona, Málaga, Santander, Gijón, La Coruña, dentre outros (Silva, 1993, p. 11-12).

No entanto, a despeito do nome, as reformas não tinham como objetivo uma liberalização plena das relações comerciais das colônias – a participação de países estrangeiros não foi contemplada. A Coroa espa-

travessia por terra através do istmo do Panamá, era possível chegar ao Porto de Arequipa no Peru, de onde as mercadorias seguiam até a capital Lima.

nhola buscava fomentar o comércio entre seus domínios sem permitir a participação de comerciantes britânicos, franceses ou portugueses¹⁵.

Esse novo regime comercial tinha objetivo semelhante ao das reformas fiscais: criar um estímulo para o crescimento econômico que permitisse as colônias financiarem seus gastos militares. O resultado foi no geral favorável com o crescimento do comércio por todas as colônias, mas principalmente nos anteriormente isolados portos do Vice-Reinado do Prata¹⁶.

O volume exportado apresenta um aumento elevado após a adoção do novo regime mercantil¹⁷, embora não tenha havido uma diferença qualitativa com relação ao período anterior. A principal mercadoria exportada pelos mercados da bacia do Prata foram os metais preciosos, prata principalmente, responsáveis por aproximadamente 80% do total exportado e isso não é alterado após a criação do Vice-Reinado (Jumar, 2016).

A classe dos comerciantes de Buenos Aires tornou-se mais rica e poderosa a partir não apenas da liberalização do comércio do porto da cidade, mas também devido à inclusão do Alto Peru em sua esfera comercial em detrimento dos comerciantes limenhos. A abertura de um canal oficial para a entrada dos Efeitos de Castilha junto ao novo acesso aos mercados da região mineradora do Alto Peru possibilitou a criação de um complexo circuito comercial no interior do Vice-Reinado.

A despeito de o centro gravitacional desse circuito comercial se localizar em Potosí e a porta de entrada, em Buenos Aires, o acesso aos fluxos de prata se dava por uma complexa rede de comércio que atravessava toda a região da bacia do Prata – através dos mercados de Assunção, Tucumán, Córdoba e Salta – e terminava na região mineradora andina e no Chile (Jumar, 2016).

¹⁵ Ver Stein e Stein (2003, cap. 6).

¹⁶ Antes do *comercio libre*, a média de navios no Porto de Buenos Aires era de 7,7 (1760) e 11,4 (1770-1778). Após a adoção da liberalização do comércio entre 1779-1784, esse número cresceu para 25 navios por ano, atingindo no triênio 1794-1796 a média anual de 53 navios (Moutoukías, 1998, p. 50-51).

¹⁷ A média anual entre 1764-1766 foi de 1.600.000 pesos. Com o novo regime e o fim da guerra com a Grã-Bretanha, a exportação atinge, no triênio 1782-1784, 5.570.000 pesos e termina o século XVIII exportando para a Europa quase 4.000.000 pesos por ano (1794-1796) (Moutoukías, 1998, p. 18).

Os comerciantes *porteños* se utilizavam de agentes que levavam as mercadorias ao interior, para serem vendidas nos mercados locais. Esse acordo era feito com base na consignação das mercadorias. Havia um prazo para que as mercadorias fossem vendidas e o pagamento, efetuado. Os pagamentos dos comerciantes do Alto Peru, que reuniam uma soma considerável de dinheiro, eram efetuados através de *situados* comerciais constituídos por moedas de prata e instrumentos de crédito (Kraselsky, 2016).

Do total das mercadorias europeias que chegam ao mercado de Potosí em 1793, quase 80% são provenientes de Buenos Aires. No entanto, esse volume representava apenas 34% do total de mercadorias enviada ao interior pelos comerciantes da capital (Moutoukias, 1998). Assim, a maior parte das importações de produtos europeus pelos comerciantes bonaerenses era negociada nos mercados das províncias do interior. Essa intensa articulação mercantil dos mercados regionais do Vice-Reinado do Rio da Prata estimulou o crescimento de um circuito monetário doméstico.

Dessa maneira, mesmo que o principal objetivo do comerciante portenho seja obter a produção de prata do Alto Peru, ela não é passível de ser obtida apenas nesses mercados, já que circula por outras regiões do Vice-Reinado. Foi necessária a criação de ramificações por toda a região da bacia do Prata, para conseguir obter o máximo de metais preciosos para exportação¹⁸.

Não apenas o alcance dos negócios é importante, como também a forma como são efetuados. Apesar de a finalidade maior de todas as operações ser a obtenção da prata, sua presença não é obrigatória em grande parte das transações. Operando no comércio doméstico entre as províncias, os comerciantes intermediavam a venda de uma série de produtos através do Vice-Reinado – erva-mate do Paraguai, tecidos

¹⁸ O grande alcance dos negócios dos comerciantes *porteños* pode ser ilustrado através da análise efetuada por Gelman (1987) sobre um de seus representantes mais prósperos. Ele demonstra como um típico grande comerciante de Buenos Aires, Domingos Belgrano, operava no em meados do século XVIII. É possível perceber, a partir dos registros desse comerciante, como seus negócios englobavam mercados na Banda Oriental, em Assunção e Missões, passando por Córdoba, Tucumán e Salta, até chegar a Jujuy e ao Chile. Schlez (2016) estuda o caso de outro grande comerciante da época cujos negócios tinham características muito similares.

rústicos de Córdoba, móveis de Corrientes, dentre outros –, utilizando majoritariamente instrumentos privados de crédito¹⁹.

Era, portanto, necessária a formação de uma cadeia de pagamentos para viabilizar esse circuito comercial. Surgiu assim uma série de instrumentos de crédito privado utilizados pelos comerciantes, para dar sustento às suas operações. Entre os mais comuns, estavam a Escritura de obrigação, a Livrança e a Cessão de dívidas (Gelman, 1990).

A Escritura de obrigação (Escrita de obligación) era o instrumento mais formal. Exigia do comerciante que recebia a mercadoria a assinatura de uma escritura, reconhecida pela Audiência de Buenos Aires, em que se obrigava a pagar ao comerciante que lhe adiantou a mercadoria num prazo acordado, no meio de pagamento estipulado para liquidar a operação e, se necessário, os juros, caso o pagamento fosse feito fora do prazo.

A Livrança (Libranza) era o instrumento cuja circulação era a mais abrangente. Funcionava como uma letra de câmbio endossável em operações de crédito de curto prazo. Utilizada como um substituto direto da moeda, circulava como o meio de pagamento mais popular entre os comerciantes, devido à sua flexibilidade e capacidade de liquidar pagamentos de maneira simples e rápida. As Haciendas Reales também emitiam Livranças.

Era constituída por um acordo em três partes: o *librante* (outorga o documento), o *libratario* (beneficiado) e o *mandatario* (devedor). Na medida em que podiam ser endossadas enumeras vezes, as Livranças funcionavam como meio de pagamento circulante, saldando várias dívidas sucessivas a partir de uma única operação inicial (Gelman, 1990).

Por fim, a Cessão de dívidas (Cesión de deudas) exercia um papel semelhante ao das Livranças na execução de dívidas. Tratava-se de uma promessa de pagamento bilateral, que podia ser repassada, caso as partes envolvidas fossem coincidentes. No entanto, não era um instrumento de execução de pagamentos, mas apenas de transferência de dívidas. A obrigação persistia, enquanto era possível alterar a figura do devedor dessa obrigação.

¹⁹ Gelman (1990) demonstra como as operações dos comerciantes se baseavam quase exclusivamente no crédito.

O volume das operações era de tal monta, que alguns comerciantes acabaram se tornando credores com extensas linhas de crédito, controlando um volume significativo de capital, em que seus lucros passaram a advir mais das operações financeiras, que das comerciais²⁰. Tornaram-se financistas, que monopolizaram as atividades financeiras do Vice-Reinado²¹.

3. Circuito monetário do Prata: conjunto dos meios de pagamento

O meio circulante do Vice-Reinado do Rio da Prata era formado basicamente por instrumentos de crédito público e privado, que conviviam com as moedas de prata cunhadas em Potosí, de alto valor, junto com moedas de baixo valor, chamadas *macuquinas*. Os instrumentos de crédito constituíam a maior parte das transações, relegando o uso de moeda de prata aos pagamentos efetuados pela Hacienda Real e às transações de grande valor monetário realizadas pelos principais comerciantes, particularmente pagamentos relacionados ao comércio exterior.

Esses instrumentos de crédito possuíam a capacidade de atender tanto as necessidades de grandes comerciantes em suas vendas no atacado, cujo valor era significativo, como os demais habitantes em suas atividades econômicas diárias, cujo valor era bem menor.

As complexas relações comerciais vigentes no Vice-Reinado exigiam dos comerciantes a formação de uma cadeia de pagamentos que funcionava com base no crédito. Mas o crédito não apenas permitia a execução das transações comerciais dos grandes comerciantes do Vice-Reinado, como também era fundamental para as relações econômicas cotidianas de seus habitantes.

As moedas de prata raramente circulavam pelos mercados domésticos como meio de pagamento, devido ao seu valor elevado para as trocas

²⁰ “A few merchants after accumulating large capital resources through trade [...] came to dedicated almost exclusively to banking activities, including loans to fellow merchants in Buenos Aires and the interior.” (Socolow, 1975, p. 66)

²¹ A capacidade financeira da classe mercantil também era fortalecida por seus vínculos com a Igreja. Muitos conventos disponibilizavam crédito de longo prazo aos comerciantes locais (Mayo; Peire, 1991).

cotidianas²². Enquanto a moeda mais cunhada era o peso de 8 *reales*, um soldado, segundo relatos da época, conseguia viver por um mês, em Buenos Aires, com o equivalente a 3 pesos (Halperín Donghi, 2005). Em Santa Fé, uma cabeça de gado custava entre 4 e 5 *reales*, alcançando em Buenos Aires 10 a 12 *reales* (Gelman, 1987).

No caso de possuírem um valor monetário menor que seu valor em espécie, essas moedas seriam fatalmente derretidas. Era um obstáculo para seu uso em pequenas transações. Mas isso não era simplesmente um acidente, já que as moedas serviam prioritariamente como uma forma de envio de recursos à Coroa espanhola e de pagamento de despesas locais da Hacienda Real, transações que envolviam valores muito mais elevados que as transações efetuadas pelos habitantes do Vice-Reinado em seu dia a dia.

As vendas no varejo, em pequenas lojas e pequenos armazéns por todo o Vice-Reinado, eram efetuadas através de relações de crédito-débito. Tão antigas quanto as próprias cidades, essa cadeia de pagamentos creditícia nascia de relações sociais que se transformaram em convenções aceitas por todos os indivíduos dessas cidades²³. A venda a *fiado* era a forma principal com que o comércio varejista operava nas cidades do Vice-Reinado. Os comerciantes forneciam evidências de suas dívidas aos seus clientes, que se transformavam em meios de pagamento restritos à comunidade em que se encontravam²⁴.

Partindo de relações bilaterais entre os comerciantes e seus clientes através da emissão dessas evidências de dívida representadas por fichas, o sistema evoluiu em Buenos Aires para a criação de uma série de bi-

²² As moedas de prata eram cunhadas em três valores: peso de 8 *reales* (unidade principal), peso de 4 *reales* (ou meio peso) e peseta de 2 *reales*. As moedas de ouro, pouco usadas em relação às de prata, eram cunhadas em *doblón* de 8 escudos, *doblón* de 4 escudos, *doblón* de 2 escudos e *doblón* de 1 escudo.

²³ “El obrero sabía que su jornal de tantos reales representaba una cantidad de pan, carne, vino [...]. Y esta relación se aprende desde su infancia, es un conocimiento instintivo, inconsciente; incalculado por la repetición continuada de los mismos actos, se incorporaría al organismo como se incorporan las ideas de tiempo y espacio que muchos filósofos creen innatas.” (García, apud Prebisch, 1994, p. 122)

²⁴ “Circulaban además en abundancia sin carácter legal, vales y contraseñas del comercio (discos de hoja lata marcados por el emisor). Para facilitar los cambios en las transacciones de menor cuantía.” (Pillado, 1901, p. 4)

lhetes de emissão privada, que passavam a circular como meio de pagamentos por todo o comércio local²⁵.

Concomitante ao uso do crédito, uma parte menor das operações de baixo valor eram efetuadas com uso da moeda *macuquina*, cuja composição era uma mistura de (muito) bronze e (pouca) prata. Seu uso era mais disseminado nos mercados do norte, mais próximos do Alto Peru, onde essas moedas eram cunhadas.

O conjunto dos meios de pagamento no Vice-Reinado era hierarquizado a partir das distintas garantias que possuíam os instrumentos de crédito – cuja circulação era tão ampla quanto sua capacidade de efetuar pagamentos. Na base desse sistema, estavam as moedas de prata e os papéis de dívida das Haciendas Reales. Suas Livranças eram garantidas não apenas pela coleta de impostos em seus próprios distritos, como, em muitos casos, fundamentalmente pelo envio de *situados* de outras Cajas Reales.

Em seguida, vinham as linhas de crédito oferecidas pelos grandes comerciantes-financeiros, cujo acesso privilegiado aos *situados* permitia que seu crédito fosse amplamente reconhecido em vários mercados do Vice-Reinado. Comerciantes de posse de concessões públicas para administração da transferência de *situados*, direitos de cobrança de dívidas da Hacienda Real e coleta de impostos, se garantiam nesses recursos, para financiar não apenas suas compras de Efeitos de Castilha, como para a venda destes nos mercados do interior do Vice-Reinado²⁶. Esses instrumentos de crédito, utilizados pelos comerciantes bonaerenses no financiamento de suas vendas por atacado em consignação com outros comerciantes, eram responsáveis por grande parte das transações de maior valor efetuadas no Vice-Reinado.

Embora a circulação dos papéis privados expandisse o meio circulante no Vice-Reinado, as linhas de crédito estendidas pelos comerciantes-financeiros serviam apenas como substitutos imperfeitos da moeda e da dívida pública emitidas pelas Haciendas Reales. Em geral, o crédito

²⁵ “Esas contraseñas fueron sustituidas gradualmente en el comercio por billetes particulares, que hacían el oficio de la actual emisión menor, y que, como ésta, eran inconvertibles de hecho, pues se mantenían siempre en la circulación.” (Vedía, apud Prebisch, 1994, p. 124)

²⁶ Os comerciantes portenhos também adquiriam crédito nos portos espanhóis para o financiamento das mercadorias trazidas para a colônia (Schlez, 2016).

desses comerciantes era muito instável e de prazo não muito longo. Isso por dois motivos principais: a inconstância do comércio exterior e a construção de redes de contatos essencialmente pessoais.

As guerras impediram o livre fluxo de mercadorias, o que aumentava o risco envolvido no comércio com os mercados europeus. Buenos Aires enfrentou crises comerciais devido à interrupção desse comércio e, depois, com a normalização, enfrentou excesso de oferta, que reduzia os lucros comerciais. Essa grande instabilidade dificultava a vida do comerciante. Fundamental para o grande comerciante, sua rede de contatos, que permitia enviar mercadorias para os mercados de outras províncias e alimentar uma cadeia de pagamentos privada, era formada com base em relações pessoais. Dessa forma, a morte de um comerciante geralmente significava o desmantelamento dessa rede e, por conseguinte, da cadeia de crédito que dela derivava (Socolow, 1975).

Isso era responsável pelo grande número de falências das firmas comerciais em Buenos Aires, que impelia aos instrumentos de crédito privados uma natureza de curto e médio prazo. A quebra de um grande comerciante levava a uma reação em cadeia, que envolvia não apenas credores e devedores locais, mas também outros mercados do Vice-Reinado (Gelman, 1990).

Por fim, na última camada da hierarquia dos meios de pagamento do Vice-Reinado do Prata, vinham os bilhetes e fichas emitidos pelos comerciantes em suas lojas e seus armazéns, relacionados com pequenas compras à vista. Seu valor não era grande e sua circulação se resumia à localidade em que havia sido emitida. No entanto, era de vital importância para as economias regionais.

Conclusão

A circulação monetária no Vice-Reinado do Prata, ao contrário de muitos analistas que vislumbram apenas o reluzir das moedas de prata, reunia uma série de mecanismos creditícios, cujas origens, no Vice-Reinado, estavam diretamente vinculadas à estratégia de defesa da Coroa espanhola diante da conjuntura geopolítica vigente no século XVIII.

A parte final do século XVIII e o início do século XIX experimentaram uma aceleração desses fatores político-econômicos, que ampliaram

e dinamizaram o circuito monetário do Prata. Os maiores gastos militares estimulavam uma maior dinâmica das transferências *intercajas*, fornecendo grandes quantidades de prata que alimentavam o capital comercial do Vice-Reinado, enquanto a inclusão de Buenos Aires no novo regime imperial de comércio fortalecia o circuito comercial interno e externo, que estimulava a formação de uma extensa cadeia de pagamentos que, por sua vez, demandava o uso de instrumentos privados de crédito.

Analisar a circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata através apenas das moedas metálicas oferece uma visão apenas parcial do fenômeno monetário. A incorporação dos elementos de crédito público e privado permite compreender a estrutura do conjunto dos meios de pagamento vigentes no período como um sistema monetário complexo e dinâmico.

Essa visão mais sistêmica e abrangente possibilita compreender melhor as dificuldades enfrentadas a partir da queda do Império espanhol e da fragmentação político-monetária que se seguirá. Uma abordagem da moeda que não se resume apenas ao seu conteúdo metálico, mas que incorpore também sua natureza creditícia, é fundamental para analisar como os processos de centralização do poder e de formação de economias nacionais, ao longo do século XIX, formarão novos espaços monetários nacionais.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Samuel. Comercio libre y economías regionales. San Juan y Mendoza, 1780-1820. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 27, 1990.
- ASSADOURIAN, Carlos, S. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982.
- DEL CASTILLO, Guillermo C. *América Hispánica (1493-1898)*. Barcelona: Labor, 1983.
- FERNÁNDEZ, Juan M. Capital, créditos e intereses comerciales a fines del periodo colonial: los costos del sistema defensivo americano. Cartagena de Indias y el Sur del Caribe. *Tiempos de América*, n. 9, 2002.
- FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina colonial: el Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- GELMAN, Jorge. El grande comerciante y el sentido de la circulación monetaria en el Río de la Plata colonial tardío. *Revista de Historia Económica*, año V, n. 3, 1987.

- GELMAN, Jorge. Venta al contado, venta a crédito y crédito monetario en América colonial: acerca de un gran comerciante del Virreinato del Río de la Plata. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 27, 1990.
- HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Guerras y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- IRIGOIN, María A.; GRAFE, Regina. Bargaining for absolutism: a Spanish path to nation-state and empire building. *Hispanic American Historical Review*, 88 (2), 2008.
- JUMAR, Fernando. El comercio ultramarino por el complejo portuario rioplatense y la economía regional, 1714-1778. *Magallánica, Revista de Historia Moderna*, v. 3, n. 5, 2016.
- KLEIN, Herbert S. Las finanzas reales. In: *Nueva historia de la nación argentina*. Tomo III. Buenos Aires: Planeta, 1999.
- KRASELSKY, Javier. Las corporaciones mercantiles de Buenos Aires y los préstamos y donativos gratuitos, 1748-1806. *Illes Imperis*, 18, 2016.
- LINDSAY, J. O. International relations. In: *The new Cambridge modern history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (1966).
- LYNCH, John. *Administración colonial española, 1782-1810*. El sistema de intendencias en el Virreinato del Río de la Plata. Buenos Aires: EUDEBA, 1967.
- MARICHAL, Carlos. *Bankruptcy of empire*. Mexican silver and the wars between Spain, Britain, and France, 1760-1810. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MARICHAL, Carlos; VON GRAFENSTEIN, Johanna (org.). Introducción. *El secreto del Imperio español: los situados coloniales en el siglo XVIII*. México: Instituto Mora, 2012.
- MAYO, Carlos; PEIRE, Jaime. La política crediticia de los conventos de Buenos Aires (1767-1810). *Revista de Historia de América*, n. 112, 1991.
- MIRA, Guillermo; LÁZARO, Alicia G. Minería, comercio y moneda en un período de transición. Potosí, la crisis colonial y las bases del crecimiento económico del Río de la Plata después de la Independencia. In: IRIGOIN, María Alejandra; SCHMIT, Roberto (orgs.). *La desintegración de la economía colonial*. Comercio y moneda en el interior del espacio colonial (1800-1860). Buenos Aires: Biblos, 2003, p. 37-55.
- MOUTOUKÍAS, Zacarías. Power, corruption, and commerce: the making of the local administrative structure in seventeenth-century Buenos Aires. *The Hispanic American Historical Review*, v. 68, n. 4, 1988.
- MOUTOUKÍAS, Zacarías. *Crecimiento económico y política imperial: el patriciado colonial de Buenos Aires, 1760-1796*. Tandil, 1998, mimeo.
- PILLADO, Jorge. *El papel moneda argentino*. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1901.
- PREBISCH, Raúl. Historia monetaria argentina: anotaciones sobre nuestro medio circulante, 1776-1885. In: RAPOPORT, Mario (org.). *Economía e historia*. Contribuciones a la historia económica argentina. Buenos Aires, 1994 (Tesis).
- ROBINSON, D. J. Trade and trading links in Western Argentina during the Viceroyalty. *The Geographical Journal*, v. 136, n. 1, 1970.

- SAGUIER, Eduardo. La conducción de los caudales de oro y plata como mecanismo de corrupción. El caso del situado asignado a Buenos Aires por las Cajas Reales de Potosí en el siglo XVIII. *Revista de Historia*. Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, n. 24, 1989.
- SANZ, Vilma. El cobro de pesos en Buenos Aires a fines del siglo XVIII. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, 2001.
- SCHLEZ, Mariano M. La medición de la ganancia mercantil en el Río de la Plata colonial: el caso de Diego de Agüero y Compañía (Río de la Plata, 1770-1820). *Revista de Indias*, v. LXXVI, n. 268, 2016.
- SCHMIT, Roberto. Enlaces conflictivos: comercio, fiscalidad y medios de pago en Entre Ríos durante la primera mitad del siglo XIX. In: IRIGOIN, María Alejandra; SCHMIT, Roberto (orgs.). *La desintegración de la economía colonial*. Comercio y moneda en el interior del espacio colonial (1800-1860). Buenos Aires: Biblos, 2003, p. 251-276.
- SILVA, Hernán A. *El comercio entre España y el Río de la Plata (1778-1810)*. Madrid: Banco de España, 1993 (Estudios de Historia Económica, n. 26).
- SOCOLOW, Susan M. Economic activities of the Porteño merchants: the viceregal period. *The Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 1, 1975.
- STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *Silver, trade, and war*. Spain and America in the making of early modern Europe. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- TEDESCO, Élica. El crédito de origen eclesiástico en la ciudad de Córdoba, 1800-1830. *Cuadernos de Historia, Serie Ec. y Soc.*, n. 4, 2001.
- VARILLAS, PAULA E. R. La libre internación y extracción de mercaderías y metales vía Buenos Aires (1770-1810). *Temas Americanistas*, n. 23, 2009.
- WASSERMAN, Martín L. E. Diseño institucional, prácticas y crédito notarial en Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XVII. *Investigaciones de Historia Económica*, 10, 2014.